

ATA Nº 01/2026

SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 08/01/2026

Às 10 h do dia 08/01/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos Financeiros, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório Semanal “Focus” do Banco Central do dia 02/01/2026;

Item 02 – Avaliação da atual carteira de investimentos do Fundo de Previdência;

Item 03 – Definição do índice a ser utilizado para aplicação dos recursos a receber no dia 09/01/2026 de aporte financeiro para amortização do passivo atuarial, no montante de R\$ 5.581.352,06.

Resoluções:

Item 01 – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO	
Para o ano de 2026:	Para o ano de 2027:
IPCA – Aumento	IPCA – Estabilidade
PIB (% de crescimento) – Estabilidade	PIB (% de crescimento) – Estabilidade
Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade	Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade
Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade	Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade
IGP-M – Estabilidade	IGP-M – Estabilidade
IPCA Administrados (%) – Aumento	IPCA Administrados (%) – Aumento
Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Diminuição	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Diminuição

De acordo com o Boletim Focus, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 foi elevada para 4,06%, ante 4,05% na semana anterior. A estimativa para o IPCA de 2027 foi mantida em 3,80%. As perspectivas para o crescimento do PIB em 2026 e 2027 permaneceram em 1,80%. Da mesma forma, o câmbio da relação R\$/US\$ para o fechamento de 2026 e 2027 continuou sendo precificado em R\$ 5,50. As projeções para a taxa Selic ao final de 2026 e de 2027 foram mantidas em 12,25% a.a. e 10,50% a.a., respectivamente. As expectativas para o IGP-M de 2026 e 2027 permaneceram em 3,95% e 4%. A estimativa para o IPCA administrados em 2026 aumentou de 3,72% para 3,73%, de uma semana para outra. Para 2027, a perspectiva de aumento dos preços administrados foi ampliada para 3,71%, ante 3,70% na semana anterior. A projeção para a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em 2026 foi reduzida de 70,25% para 70,23% do PIB. Para 2027, a expectativa de DLSP diminuiu para 73,77% do PIB, ante 73,80% do PIB anteriormente. **Item 02** – A carteira de investimentos do Fundo de Previdência apresenta a seguinte composição: **CDI – 62,00%; IPCA+Juros – 20,51%; IMA-B – 6,31%; IRF-M – 8,28% e IRF-M1 – 2,91%**. Na última semana, a curva de juros futuros arrefeceu levemente. Nos Estados Unidos, o PCE (Índice de Preços de Gastos com Consumo Pessoal) anualizado subiu para 2,8% e seu núcleo para 2,9% no 3º trimestre de 2025, mostrando aceleração ante os aumentos de 2,1% e 2,6%, respectivamente, do 2º trimestre. O PIB americano cresceu 4,3% no 3º trimestre, acima dos 3,8% no trimestre anterior. Houve aceleração nos gastos do consumidor, com alta de 3,5% ante os 2,5% do 2º trimestre; porém, confiança do consumidor caiu 3,8 pontos percentuais em dezembro em relação a novembro, com consumidores preocupados com a situação do mercado de trabalho. A retomada da divulgação dos dados econômicos trouxe o *Payroll* (relatório de emprego não-agrícola) de dois meses: em outubro houve retração líquida de 105 mil vagas de emprego; enquanto em novembro houve criação de 64 mil postos de trabalho. A taxa de desemprego alcançou 4,6% em novembro, nível mais alto em 4 anos. De acordo com o relatório *Jolts* (*Job Openings and Labor Turnover Survey*), as vagas de emprego em aberto caíram 303 mil em novembro, para 7,146 milhões, ante previsão de 7,6 milhões de empregos não preenchidos. Segundo economistas, o mercado de trabalho está enfrentando desafios estruturais, a incerteza política vem deixando as empresas relutantes em contratar e a IA está sendo integrada em determinadas funções. Já em relação ao setor privado, segundo o relatório divulgado pela *Automatic Data Processing* (ADP), houve criação de 41 mil empregos em dezembro, ante expectativa de geração de 48 mil postos de trabalho. Esses dados reforçaram a leitura feita pelo presidente do *Federal Reserve* (*Fed*, banco central dos EUA), Jerome Powell, de que o mercado de trabalho está em arrefecimento gradual. Contudo, conforme derivativos monitorados pelo CME Group, havia chance de 75,6% de manutenção dos *Fed Funds* (taxa de juros básica) entre 3,50% e 3,75% a.a. No Brasil, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), houve abertura de 85.864 vagas formais de trabalho em novembro, acima dos 75 mil postos esperados. E, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, a taxa de desemprego recuou para 5,2% em novembro, quando era esperada

manutenção em 5,4%. Contudo, o grupamento de administração pública foi o único a registrar aumento no número de ocupados, enquanto, segundo o Banco Inter, “setores mais sensíveis à taxa de juros seguem sem apresentar dinâmica de aceleração do emprego”. O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 14,420 bilhões em novembro, acima da expectativa de economistas de um saldo negativo de R\$ 14 bilhões. A dívida pública bruta, com isso, alcançou 79% do PIB, ante 78,4% do PIB no mês anterior. Essa trajetória da dívida vem preocupando o mercado e, até mesmo, órgãos oficiais. A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal alertou para a possibilidade de um *shutdown* (interrupção de serviços públicos por falta de recursos discricionários) caso esse panorama não for revertido. Embora estimativas tenham postergado de 2027 para 2029 esse risco, ainda se projeta que a dívida atinja 100% do PIB até 2030. Hoje, as despesas discricionárias já consomem mais de 90% do orçamento e, para contornar isso, desde o início do mandato do atual presidente, mais de R\$ 330 bilhões foram retirados da contabilidade oficial das metas fiscais. O IPCA-15 de dezembro subiu 0,25%, próximo da expectativa de 0,27%. No acumulado de 12 meses, o índice atingiu alta de 4,41%, dentro do limite superior da meta (4,5%) e levemente abaixo do esperado, de 4,43%. A taxa de juros em nível elevado vem fazendo a inflação desacelerar, porém, segundo o Relatório de Política Monetária do Banco Central, até 2027, o IPCA deverá se manter acima do alvo, alcançando o centro da meta de 3% apenas no primeiro trimestre de 2028. Por outro lado, o IGP-M fechou 2025 com deflação acumulada de 1,05%. Nesse ínterim, as expectativas de início dos cortes de juros deste ano estão divididas. De acordo com os contratos de opções de Copom, há 66% de chance de o Bacen manter os juros estáveis em janeiro e 27% de diminuir em 0,25 ponto percentual. Para a reunião de março, as probabilidades majoritárias são de recuo de 0,25 p.p. (34%), diminuição de 0,50 p.p. (30,5%) e manutenção da taxa (27%). Diante disso, o IBOV iniciou o ano positivo, com alta de 0,55% até o dia 07/01/2026, quando fechou em 161.975 pontos. Quanto à avaliação da carteira de investimentos, esta foi considerada adequadamente diversificada para o cenário de perspectiva de queda de juros, ao mesmo tempo que sua composição ainda é prudencial com maior exposição em índice CDI, visando menor impacto ante a possível volatilidade de um ano eleitoral. **Item 3** – Em relação aos valores a receber no dia 09/01/2026, referentes ao aporte para amortização do passivo atuarial, no montante de R\$ 5.581.352,06, o Comitê de Investimentos recomenda a aplicação no Fundo Itaú Soberano Renda Fixa IRF-M1. A sugestão de alocação no índice pré-fixado de mais curto prazo visa prosseguir a adequação da carteira para uma diversificação mais ampla dos ativos ao mesmo tempo que não expõe os recursos a um risco elevado. Acerca das contribuições dos servidores e dos recursos patronais livres, oriundos do Poder Executivo, normalmente recebidos até os dias 5 e 10 do mês subsequente, estes foram repassados no dia 19/12/25 – dentro de seu mês de competência –, de modo a serem utilizados para o pagamento da folha de benefícios de gratificação natalina/25. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora do RPPS para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 19/01/2026

De acordo: ____/____/26

Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

ATA Nº 02/2026

SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 20/01/2026

Às 10 h, do dia 20/01/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos, na presença da Gestora de Recursos Financeiros, em conjunto com o representante da empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda., Sérgio Stifelmann, o qual participou de forma remota, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório Mensal de Investimentos do RPPS de Dezembro/2025, elaborado pela empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda.;

Item 02 – Avaliação da composição atual da carteira de investimentos;

Item 03 – Adequação da Política de Investimentos 2026 à Resolução CMN nº 5.272/2025.

Resoluções:

Item 01 – A reunião foi iniciada, com o presidente do Comitê de Investimentos, Adriano Scherer, passando a palavra ao representante da Empresa Gestor Um Consultoria para apresentar o Relatório Mensal de Investimentos do RPPS referente a dezembro de 2025. Iniciando sua apresentação, Sérgio Stifelmann destacou o resultado da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, que auferiu rentabilidade de 1,12% em dezembro e 14,05% em 2025, ante uma meta atuarial de 0,74% para o mês e 9,52% para o ano. Para Sérgio, o último mês do ano foi de resultados discretos para os ativos de renda fixa brasileiros, com os títulos de curto prazo obtendo melhores desempenhos em comparação aos de maiores *durations*. A divulgação de dados mistos de emprego e atividade econômica dos Estados Unidos, assim como a revisão positiva dos PIBs trimestrais do Brasil em 2025 (até o 3T25), elevaram os juros futuros ao longo de toda a curva, porém longe de frustrar os rendimentos acumulados ao longo do ano. Os juros futuros dos Estados Unidos subiram ao longo de dezembro nos vértices acima de 5 anos, refletindo uma elevação da incerteza, mesmo com os seguidos cortes de juros realizados pelo *Federal Reserve* (*Fed*, banco central nos EUA). Parte desse efeito se deve ao fato de as expectativas de inflação dos EUA seguirem acima da meta do *Fed*, alimentadas pela provável contaminação da inflação de dezembro pela imprecisão na mensuração do mês anterior, ocasionada pela paralisação dos serviços públicos no país à época. Adicionalmente, Trump diz que já decidiu o nome do próximo presidente do *Fed*, porém ainda não o revelou. A proximidade desta decisão, e a possibilidade de o nome escolhido ser de um perfil, conforme o entendimento do mercado financeiro, mais político do que técnico, adiciona volatilidade às negociações de títulos financeiros. A interferência norte-americana em curso na Venezuela não teve desdobramentos significativos no mercado internacional no curto prazo, porém seus efeitos geopolíticos ainda poderão ser sentidos pelos próximos meses e anos. No Brasil, os indicadores do mercado financeiro acompanharam o cenário externo, com alguns aspectos particulares que merecem atenção. A revisão dos PIBs trimestrais pelo Banco Central aponta para um crescimento provável de 2,3% em 2025, contra 2% das projeções anteriores. O BC também elevou sua projeção para o PIB de 2026, de 1,5% para 1,6%, incorporando o efeito da política de isenção tributária para salários de até R\$ 5 mil. Estes fatores contribuíram para a elevação dos juros futuros brasileiros, visto que um maior crescimento projetado do PIB altera as expectativas para o patamar de acomodação da Selic. Para a Selic, espera-se seu primeiro corte em março, quando iniciará um lento ciclo de reduções da taxa de juros. Conforme as escolhas do governo acerca, principalmente, da política fiscal para 2026 e para os próximos anos (caso a chapa governista figure entre os líderes nas pesquisas eleitorais), a autoridade monetária poderá adotar mais cautela em suas decisões. Os índices de renda fixa tiveram desempenhos discretos no último mês do ano, porém sem significar frustração do desempenho acumulado em 2025. Contaminado pelos índices de mais longo prazo, como o IMA-B5+, que caiu 0,19% no mês, o IMA-Geral cresceu apenas 0,79% em dezembro, fechando 2025 com 14,83% de rendimento acumulado. Os índices

IMA prefixados tiveram os melhores desempenhos de 2025, com o IRF-M1+ e o IRF-M crescendo 20,07% e 18,22% no ano, respectivamente. Os índices híbridos também tiveram bons rendimentos, com o IMA-B5+ e o IMA-B crescendo 14,20% e 13,17% respectivamente. O Ibovespa subiu 33,95% em 2025, melhor desempenho anual desde 2016. **Item 02** – Finalizada a apresentação do Relatório de Investimentos do mês de dezembro/2025, os membros do Comitê de Investimentos passaram a avaliar a atual composição da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, a qual apresenta a seguinte distribuição: **CDI – 59,08%; IPCA+Juros – 20,62%; IMA-B – 6,32%; IRF-M – 9,69%; e IRF-M1 – 4,30%.** Quanto a avaliação da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, esta se encontra adequadamente diversificada para o cenário prospectivo, não sendo necessárias realocações no momento. O aumento da diversificação que veio sendo implementado desde o final de 2025 tem por objetivo ajustar a carteira à perspectiva de queda da taxa de juros básica, que tende a beneficiar os demais índices de renda fixa. Desta forma, o Comitê adota um posicionamento estratégico para 2026, de modo a aproveitar as oportunidades do mercado. **Item 03** – O Comitê de Investimentos, juntamente à Gestora de Recursos, realizaram a adequação da Política de Investimentos 2026 às exigências da nova Resolução CMN nº 5.272/2025 e a encaminhará ao Conselho Deliberativo para apreciação e aprovação. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora do RPPS para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 27/01/2026.

De acordo: __/__/26.

Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I

ATA Nº 03/2026	SESSÃO ORDINÁRIA	DATA: 27/01/2026
----------------	------------------	------------------

Às 10 h do dia 27/01/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos Financeiros, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório “Focus” Semanal do Banco Central do dia 26/01/2026;

Item 02 – Avaliação da atual carteira de investimentos do Fundo de Previdência do IPASSP-SM, bem como definição dos recursos para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de janeiro/2026;

Item 03 – Aplicação dos recursos de contribuições dos servidores, com recebimento até 05/02/2026;

Item 04 – Credenciamento de fundos de investimento 100% Títulos Públicos do Banco do Brasil.

Resoluções:

Item 01 – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando as informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO	
Para o ano de 2026:	Para o ano de 2027:
IPCA – Diminuição	IPCA – Estabilidade
PIB (% do crescimento) – Estabilidade	PIB (% do crescimento) – Estabilidade
Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade	Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Aumento
Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade	Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade
IGP-M – Diminuição	IGP-M – Estabilidade
Preços Administrados (%) – Aumento	Preços Administrados (%) – Estabilidade
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB) – Estabilidade	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Estabilidade

De acordo com o Boletim Focus, a projeção dos agentes em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 foi reduzida para 4%, ante 4,02% na semana anterior. Para 2027, a expectativa de aumento no índice de preços se manteve em 3,80% de uma semana para outra. As perspectivas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026 e em 2027 permaneceram inalteradas em 1,80%. A expectativa para o fechamento do câmbio em 2026 também não sofreu ajuste, sendo esperado que a relação R\$/US\$ seja de 5,50. Para 2027, houve um leve aumento na precificação do dólar, de R\$ 5,50 para R\$ 5,51. Em relação a taxa de juros básica da economia, as projeções para a Selic terminal de 2026 e 2027 se mantiveram em 12,25% a.a. e 10,50% a.a., respectivamente. A expectativa para o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) em 2026 caiu para 3,87%, ante 3,92% na semana anterior. Para 2027, a perspectiva de aumento no IGP-M permaneceu em 4%. Em relação ao IPCA administrados, a projeção para 2026 foi ampliada, de 3,75% para 3,76% de uma semana para outra. Para 2027, o mercado manteve uma projeção de alta nos preços administrados de 3,71%. As expectativas de Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) para 2026 e 2027 continuaram em 70,36% do PIB e 73,80% do PIB, respectivamente. **Item 02** – A carteira de investimentos do Fundo de Previdência, apresenta a seguinte composição: **CDI – 59,06%; IPCA+Juros – 20,56%; IMA-B – 6,36%; IRF-M – 9,72% e IRF-M1 – 4,30%**. Na última semana, a curva de juros futuros arrefeceu, beneficiando-se do movimento de entrada do capital externo – que está, principalmente, sendo direcionado para a bolsa de valores. Nos Estados Unidos, os agentes estão esperando que a reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) fique dividida. Parte dos dirigentes do *Federal Reserve* (*Fed*, banco central dos EUA) estão mais focados no mercado de trabalho, após a taxa de desemprego chegar em 4,6% em novembro, acima dos 4,4% de setembro. Em dezembro, o indicador voltou para 4,4%, mas não afastou as preocupações com a dinâmica da economia. Por outro lado, a inflação ainda não cedeu. Ante uma meta de 2%, a inflação ao consumidor (CPI) fechou 2025 com uma ampliação de 2,7%; enquanto o Índice de Preços para Despesas com Consumo Pessoal (PCE) – preferido do *Fed* – alcançou alta de 2,8% no acumulado de 12 meses até novembro/25. Alguns analistas apontam para a possibilidade de pressões inflacionárias em 2026, já que as tarifas impostas por Donald Trump não foram totalmente repassadas aos preços, tendo os importadores absorvido o impacto e reduzido seus lucros, o que não é sustentável. Além disso, ainda há a incógnita acerca do nome a ser escolhido por Trump para suceder Jerome Powell na presidência do *Fed*. Assim, o consenso do mercado (97% de probabilidade) é de manutenção do patamar atual da taxa de juros, no intervalo entre 3,5% e 3,75% a.a. No Brasil, o IPCA fechou o ano de 2025 em 4,26%, dentro do limite superior da meta do CMN. Já o IPCA-15 de janeiro, mostrou mais resistência nos preços, subindo 0,20%, abaixo da mediana das expectativas de 0,23%, mas atingindo o teto da meta (4,50%) no acumulado de 12 meses. O Índice de Difusão subiu de 54,5% em dezembro para 63,5% em janeiro, demonstrando que a inflação se espalhou pelos bens e serviços que compõem o IPCA-15. A arrecadação federal atingiu um recorde de R\$ 2,887 trilhões em 2025, refletindo alta real de 3,65% sobre o ano anterior. O resultado fiscal do ano de 2025 ainda não foi divulgado, promovendo a expectativa entre os agentes acerca do cumprimento ou não da meta de arcabouço fiscal. Nesta semana, ocorrerá a reunião do Comitê de Política

Monetária (Copom) do Banco Central. A maior parte dos agentes do mercado espera pela manutenção da taxa de juros básica da economia no atual patamar, 15% a.a. Em pesquisa divulgada pelo Valor Econômico, dentre 120 instituições financeiras, apenas 8 esperam uma redução de 0,25 ponto percentual da Selic neste encontro e 112 apostam na manutenção; ainda, 102 casas projetam o início do ciclo de cortes na reunião de março. Os principais determinantes, para os gestores, devem ser o panorama de nova aceleração na inflação de serviços e o mercado de trabalho resiliente. No mercado de opções digitais, na sexta-feira, a probabilidade de manutenção da Selic nos níveis atuais estava em 81,5%, contra 19% de chance de redução de 0,25 p.p. Nesse panorama, o investidor estrangeiro tem buscado por diversificação em mercados emergentes, o que vem beneficiando o Brasil, que está recebendo capital de risco. O Ibovespa, até o dia 26/01/2026, já subiu 11,01% no mês, chegando aos 178.721 pontos. Quanto à avaliação da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, esta se encontra devidamente diversificada, de modo a buscar o melhor retorno em um cenário de expectativa de queda da taxa de juros ante o risco de um ano eleitoral, que exige certa prudência. Em relação ao resgate para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de janeiro/26, no montante de R\$ 21.758.039,59, o Comitê de Investimentos sugere à Gestora de Recursos unicamente o resgate total dos recursos aplicados no Fundo Caixa Brasil Matriz RF da conta de fluxo financeiro, cujo montante, em 26/01/2026, se encontrava em R\$ 3.968.177,61 – tendo em vista que 1,71% da carteira corresponde a recursos da taxa de administração e 97,28% tem origem em aportes para o equacionamento do déficit atuarial, que devem ser mantidos, no mínimo, por 5 anos, conforme inciso II, § 8º do art. 55 da Portaria MTP n.º 1.467/2022. Adicionalmente, caberá ao Poder Executivo efetuar o repasse dos recursos para complementar o montante necessário para o pagamento dos benefícios previdenciários. Quanto ao resgate necessário para cobrir a folha de pagamento de servidores ativos do IPASSP-SM, o Comitê recomenda o resgate do Fundo BB Previdenciário Perfil, vinculado à taxa de administração. **Item 03** – Quanto aos recursos previdenciários de contribuição dos servidores e eventuais repasses de contribuição patronal e de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, recebidos até o dia 05/02/26, o Comitê sugere aplicação no Fundo Caixa BR Títulos Públicos RF, vinculado à conta destinada ao fluxo financeiro, a fim de recompor parte dos valores para pagamento da folha de benefícios. Em relação a eventuais recursos que porventura venham a ser recebidos até o dia 05/02/26, referentes a aportes preestabelecidos para amortização do déficit atuarial, sugere-se a aplicação no Fundo Itaú Soberano Renda Fixa IRF-M1, cujo *benchmark* é o índice pré-fixado de curto prazo de menor risco, de modo a auxiliar na diversificação e aumentar seu percentual na carteira de investimentos do IPASSP-SM. **Item 04** – Foi realizada a comparação entre diversos fundos de investimento do Banco do Brasil que possuem suas carteiras compostas 100% por títulos de emissão do Tesouro Nacional, além de terem como *benchmark* o CDI. De modo a possibilitar a adequação dos investimentos da taxa de administração do IPASSP-SM à Resolução CMN n.º 5.272/2025, o Comitê, juntamente à Gestora de Recursos, foi aprovado o credenciamento do Fundo BB RF LP Tesouro Selic FIC FIF RL, CNPJ: 04.857.834/0001-79, assim como do Fundo BB RF Ref DI Títulos Públicos FIF LP RL, CNPJ: 11.046.645/0001-81, restando a elaboração do Termo de Análise e Atestado de Credenciamento, para formalização e registro no CADPREV. Dessa forma, para aplicação dos recursos movimentados mensalmente para o custeio administrativo da instituição será utilizado o Fundo BB RF LP Tesouro Selic FIC FIF RL, visto que o Fundo BB RF Ref DI Títulos Públicos FIF LP RL possui como aplicação mínima o montante de R\$ 10.000.000,00. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata, que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora de Recursos do RPPS para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CG INV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CG INV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CG INV I	

Próxima Sessão Ordinária: 09/02/2026

De acordo: ___/___/26

Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I